



EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 TIPO: Menor Valor a Ser pago pelo Município

O Município de Paracambi, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo menor preço, para a contratação de serviços especializados na realização de concursos públicos e processos de seleção de recursos humanos, conforme discriminações constantes nos Anexos deste Edital, de acordo com a Lei 10.520/2002, 8.666/93 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, e condições deste instrumento convocatório. Maiores informações ou esclarecimentos relativos ao presente edital, serão prestadas, **exclusivamente de forma presencial**, no setor de Licitações do Município, localizado na Rua Juiz Emilio Carmo, 71 – Centro – Paracambi/RJ, nos dias úteis, no horário compreendido entre 10:00h às 16:00h.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a contratação de prestação de serviços para realizar concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos do Quadro de Servidores do Município de Paracambi, conforme exigências constantes no **Anexo I – Termo de Referência**, que é parte integrante deste Edital.

2. RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS

LOCAL: Rua Juiz Emilio Carmo, 71 – Centro – Paracambi/RJ
DIA : 12 de novembro de 2015
HORÁRIO: 10:00 horas

3. INTRODUÇÃO

3.1 Se no dia marcado para o recebimento e a abertura dos envelopes deste Pregão, por qualquer motivo, não houver expediente no Município de Paracambi, estes realizar-se-ão no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, no mesmo horário e local, independente da publicação de nova chamada.

3.2 No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, a saber:

- 3.2.1** o credenciamento dos representantes legais dos licitantes;
- 3.2.2** o recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes proposta e documentação;
- 3.2.3** a abertura dos envelopes de proposta e exame de conformidade;
- 3.2.4** a divulgação das licitantes classificadas e das desclassificadas;
- 3.2.5** a condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;
- 3.2.6** a abertura do envelope de documentação da licitante detentora do menor preço, apurado em face da apresentação do menor percentual aplicado sobre o total arrecadado com as inscrições para o concurso, e exame da habilitação;
- 3.2.7** a devolução dos envelopes de documentação fechados às demais licitantes, após a assinatura do contrato pela licitante vencedora; e
- 3.2.8** quaisquer outros procedimentos que se fizerem necessários à realização deste Pregão.

3.3 As decisões do Pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados durante a sessão pública ou lavradas em ata. O resultado final do certame será também publicado no órgão de imprensa oficial do município.

3.4 A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito deste Edital e de outros assuntos relacionados a este Pregão deverá ser efetuada **por escrito**, por qualquer cidadão ou pelos interessados em participar do certame, ao Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, **entregue diretamente** no Protocolo do Município de Paracambi, situado na Rua Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro – Paracambi/RJ, no horário das 09:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, obedecendo os prazos legais, e mediante pagamento da taxa de expediente para abertura de processos administrativos.



3.5 As respostas do Pregoeiro aos pedidos de esclarecimentos estarão disponíveis em até um dia útil no mesmo endereço e horário mencionados no item 3.4, ou no setor de licitações.

4. DA LEGISLAÇÃO

O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- 4.1** Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 – Lei do Pregão;
- 4.2** Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores - Lei de Licitações;
- 4.3** Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.4** Demais legislações aplicáveis.

5. DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO

Trata-se de licitação na modalidade de pregão, do tipo menor preço, conforme disposto no art. 4º, inciso X, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

- 6.1.1** detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 6.1.2** atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
- 6.1.3** comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo DA DOCUMENTAÇÃO;
- 6.1.4** manifestem formalmente o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, inclusive no que se refere aos custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas que são de responsabilidade exclusiva da licitante;

6.2 Não poderão participar deste Pregão:

- 6.2.1.** consórcios de empresas, quaisquer que sejam suas formas de constituição;
- 6.2.2** empresas que estejam suspensas de participar de licitação;
- 6.2.3** empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- 6.2.4** empresas que tenham sócios ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou integrem a estrutura administrativa do município;
- 6.2.5** empresas que se encontrem sob falência, concordata ou recuperação judicial, dissolução, liquidação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

7. DO PROCEDIMENTO

NORMAS GERAIS

7.1 No dia, horário e local estabelecidos no item 2 deste Edital serão recebidos os **credenciamentos** e apresentadas as **declarações das licitantes dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação** e será aberta, pelo Pregoeiro, a sessão pública destinada ao recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação.

- 7.1.1** Não será aceita, em hipótese alguma, a participação de licitante retardatária.
- 7.1.2** Serão aplicadas as penalidades previstas neste Edital à licitante que fizer ou apresentar declaração falsa.

7.2 Se não houver tempo suficiente para a realização completa da fase externa deste Pregão em uma única sessão pública ou se surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dos trabalhos dar-se-á em sessão a ser convocada.



7.2.1 O Pregoeiro, caso entenda necessário, poderá suspender a sessão pública para analisar os documentos e os envelopes não abertos, e rubricados no fecho, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

7.3 Qualquer reclamação dos representantes legais das licitantes deverá ser feita durante a sessão pública, oportunidade em que será registrada na ata respectiva.

7.4 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente dos envelopes da proposta e da documentação, caso em que a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

7.5 O representante legal de cada licitante deverá apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando carta de credenciamento, munido da sua carteira de identidade ou de outra equivalente e do documento que lhe dê poderes de manifestação durante a reunião de abertura dos envelopes de proposta e de documentação.

7.6 Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante a apresentação do estatuto ou contrato social, instrumento público ou particular de procuração ou outro documento equivalente.

7.6.1 Entende-se por documento credencial:

- a) estatuto ou contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) procuração, ou termo de credenciamento, da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa se manifestar em seu nome em qualquer fase deste Pregão.

7.7 O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso ou renunciar ao direito de fazê-lo, de representar a licitante durante a sessão pública de abertura dos envelopes de proposta e de documentação, enfim, poderes para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão.

7.8 O representante legal da licitante **que não se credenciar** perante o Pregoeiro ficará impedido da prática de todos os atos constantes do item anterior (7.7) e, neste caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e **será mantida a sua proposta escrita para efeito de classificação e apuração do menor preço, desde que a licitante apresente a declaração prevista no art. 4º, inc. VII da Lei 10.520/02.**

7.9 Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

7.10 Os representantes credenciados deverão apresentar, juntamente com os envelopes nº 01 (proposta) e nº 02 (habilitação), **declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (sem modelo específico)**, concordam na integralidade com o Edital e seus Anexos e se estão enquadrados na Lei Complementar nº 123/06 (anexo V), sob pena de desclassificação.

7.11 Iniciada a sessão pública deste Pregão não caberá mais desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

7.12 No dia, horário e local fixados no item 2 deste Edital, cada representante legal das licitantes deverá entregar ao Pregoeiro, além do credenciamento tratado no título anterior e da declaração conforme item 7.10, a proposta escrita e a documentação em envelopes separados, fechados, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, o seguinte:

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:



**MUNICÍPIO DE PARACAMBI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/15
PROPOSTA - ENVELOPE N.º 01**

**RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
MUNICÍPIO DE PARACAMBI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/15
DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE N.º 02**

8. DA PROPOSTA - ENVELOPE N.º 01

8.1 A proposta deverá ser apresentada em duas vias (original e cópia), digitada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante, com as seguintes informações:

8.1.1 número deste Pregão, razão social da licitante, número de inscrição no CNPJ, telefones, fax, e-mail, endereço com CEP e a indicação do banco, da agência e do número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

8.1.2 indicar o prazo de validade da proposta, conforme estabelece este Edital;

8.1.3 apresentar o valor a ser recebido pela licitante para a consecução do objeto do presente certame.

8.2 Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao valor, percentual, prazo de validade ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

8.2.1 A falta de data, assinatura ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão pública de abertura dos envelopes de proposta, com poderes para esse fim.

8.3 A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo aceita oferta de serviços com características diferentes das indicadas.

8.4 No valor proposto já deverão estar incluídas as despesas legais incidentes e as resultantes da prestação de serviços, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

8.5 O valor apresentado será de exclusiva e total responsabilidade da licitante.

8.6 Somente serão aceitos valores com no máximo duas casas após a vírgula, sendo que quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas serão considerados como inclusos, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer outro título, devendo a prestação dos serviços ser sem ônus adicionais.

DO EXAME DE CONFORMIDADE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.7 O exame de conformidade consistirá na conferência e análise das propostas e declarações, que deverão obedecer rigorosamente ao Edital e seus Anexos, conforme modelos.

8.8 A seleção das propostas escritas de menor valor e daquelas apresentadas com valores **sucessivos e superiores** em até 10% (dez por cento) em relação àquela.

8.9 Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as propostas subsequentes de menores valores, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os percentuais oferecidos nas propostas escritas.

8.10 Havendo empate no terceiro valor serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo valor e sorteada a ordem de oferta de lances verbais.



8.11 As propostas serão classificadas em ordem crescente dos valores ofertados para que os representantes legais das licitantes participem da etapa competitiva, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em percentuais distintos e decrescentes.

8.12 Iniciada a etapa competitiva, o Pregoeiro convidará individualmente os representantes legais das licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, começando pela licitante detentora da proposta de **maior** valor médio das Taxas de Inscrição e, as demais, pela ordem decrescente de percentuais ofertados e do sorteio que porventura tenha sido realizado em razão do empate a que se refere o item 8.10, até que não haja mais cobertura da oferta de menor percentual.

8.13 Somente serão admitidos lances verbais se expressarem valores abaixo do menor anteriormente registrado.

8.14 A licitante que se abster de apresentar lance verbal, **quando convocada pelo Pregoeiro**, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

8.15 Caso não se realizem lances verbais pelos licitantes selecionados e a proposta de menor preço vier a ser desclassificada ou inabilitada, o Pregoeiro deverá reestabelecer a etapa competitiva de lances, obedecendo os critérios dos itens 8.8 e 8.9.

8.16 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do Edital e espelhe o seu valor compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar visando obter redução do valor.

8.17 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.18 Quando todas as propostas forem desclassificadas o Pregoeiro poderá suspender este Pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis para o recebimento de novas propostas.

8.19 Dá-se por concluída a etapa classificatória das propostas e lances verbais, sendo aceitável a proposta de menor valor médio a ser cobrado a título de Taxa de Inscrição, obedecidos os limites previstos neste Edital.

9. DA DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE 02

9.1 Todas as licitantes deverão apresentar, sob pena de desclassificação, dentro do envelope nº 02 os documentos específicos para este Pregão, devendo ser entregues, de preferência, numerados sequencialmente e na ordem a seguir indicada, a fim de permitir maior rapidez na conferência:

9.1.1 Certificado de Cadastro de Licitante, ou o protocolo respectivo, em plena validade, cuja atividade empresarial seja compatível com o objeto do presente pregão;

9.1.2 Certidão Negativa de Débito - CND, perante o Sistema de Seguridade Social (artigo 195, § 3º, da Constituição Federal);

9.1.3 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (artigo 27, da Lei nº 8.036/90);

9.1.4 Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da empresa, ou outra equivalente;

9.1.5 Declaração, conforme modelo constante do Anexo III a este Edital, em cumprimento ao disposto no artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, que deverá ser assinada pelo representante legal da empresa licitante;

9.1.6 Comprovante de nomeação de administradores residentes no País, em caso de sociedade controlada por empresa estrangeira;



9.1.7 Certidão da Junta Comercial, em caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da Ata de Eleição de seus administradores; ou Certidão do Cartório de Títulos e Documentos, quando se tratar de sociedade simples e sociedade civil.

9.1.7.1 Os documentos mencionados no item 9.1.7 podem ser substituídos por Certidão Simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais do licitante e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a um ano.

9.1.8 Certidão(ões) ou atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como a satisfação quanto à qualidade dos serviços e cumprimento dos prazos contratuais;

9.1.8.1 Para fins de avaliação da(s) certidão(ões) ou atestado(s), será entendido como serviço similar ao objeto desta licitação, compatível em características e quantidades, aqueles nos quais conste a realização de concurso(s) público(s) nos mesmos níveis previstos neste Edital;

9.1.9 Balanço patrimonial e demonstração do resultado do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

Observação: Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

- ✓ publicados em Diário Oficial;
- ✓ publicados em jornal de grande circulação; ou
- ✓ por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante.

sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- ✓ por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- ✓ fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante;

sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei n.º 9.317, de 05 de dezembro de 1996 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- ✓ por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- ✓ por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante;

sociedade criada no exercício em curso:

- ✓ fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante;

fundações:

- ✓ fotocópia do livro diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente registrado em cartório;

9.1.9.1 O balanço patrimonial, a demonstração do resultado e cálculos dos índices que demonstrem a boa situação financeira deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.



9.1.9.2 a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, cujo resultado deve ser igual ou maior que 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Observação: as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço e, se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

9.1.10 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

9.2 Todos os documentos devem estar datados dos últimos 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura do Envelope n.º 1, quando não tiverem prazo estabelecido pelo órgão expedidor competente.

9.2.1 Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

9.3 Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados por cópias, desde que autenticadas por oficial público ou devidamente acompanhadas dos originais para conferência.

9.3.1 serão aceitas somente cópias legíveis;

9.3.2 não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

9.3.3 o Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida ou julgar necessário.

DO EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS

9.4 Concluída a etapa classificatória das propostas e lances verbais, e sendo aceitável a proposta de menor preço sobre o valor total das inscrições para o concurso, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação com a abertura do envelope contendo a documentação da licitante de melhor oferta, confirmando as suas condições de habilitação;

9.5 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante que tenha apresentado a melhor oferta será declarada vencedora.

9.6 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope de documentação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidade, será inabilitada, sem prejuízo da aplicação, no que couber, das penalidades aqui previstas e demais cominações legais.

9.6.1 Não será admitida complementação de documentos posteriormente à sessão.

9.7 Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens de participação exclusiva para ME/EPP/COOP, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), ou apurar informações junto ao Setor de Contabilidade da Administração Municipal, para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

9.8 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação,



especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.9 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

10.1 Cabe ao Pregoeiro durante a realização deste Pregão:

- 10.1.1** coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 10.1.2** receber, examinar e decidir as impugnações ao Edital;
- 10.1.3** iniciar a sessão pública do pregão;
- 10.1.4** receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;
- 10.1.5** receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;
- 10.1.6** receber os envelopes das propostas e dos documentos de habilitação;
- 10.1.7** proceder a abertura dos envelopes das propostas, examiná-las e classificá-las;
- 10.1.8** conduzir a etapa competitiva dos lances;
- 10.1.9** proceder a classificação dos licitantes depois de encerrados os lances;
- 10.1.10** indicar a proposta ou o lance de menor percentual e a sua aceitabilidade;
- 10.1.11** proceder a abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas e verificar a regularidade das documentações apresentadas a fim de declarar o vencedor;
- 10.1.12** negociar diretamente com o licitante para que seja obtido percentual melhor;
- 10.1.13** adjudicar o objeto da licitação ao licitante da proposta de menor percentual aceitável, desde que não tenha havido recurso;
- 10.1.14** receber, examinar, instruir e decidir sobre recursos e, quando mantida a sua decisão, encaminhar os autos à autoridade superior para deliberação;
- 10.1.15** elaborar, juntamente com a equipe de apoio, a ata da sessão pública;
- 10.1.16** encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;
- 10.1.17** no julgamento da habilitação e das propostas, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;
- 10.1.18** todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes na sessão pública;
- 10.1.19** solicitar, se necessário, pareceres da Comissão de Concurso do Município, ou ainda, pareceres emitidos por pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

11. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA COM O LICITANTE

Em qualquer caso, mesmo depois de encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante da proposta de menor percentual, no sentido de melhorar ainda mais a oferta.

12. DA ADJUDICAÇÃO

12.1 A adjudicação do objeto pelo Pregoeiro somente será efetivada se não houver manifestação de alguma licitante acerca de sua intenção de interpor recurso, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão pública.



12.2 Se houver interposição de recurso contra atos do Pregoeiro, após o seu deferimento ou indeferimento, e dado conhecimento do seu resultado, a licitação seguirá para adjudicação e a homologação.

12.3 Depois de concluída a licitação e assinado o respectivo contrato, os envelopes não abertos contendo a documentação das demais licitantes ficarão em posse do Pregoeiro, à disposição daquelas, pelo período de 10 dias úteis, após o qual serão destruídos.

13. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

13.1 A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias a partir da data de recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do final. Caso este prazo não esteja expressamente indicado, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

13.2 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo estabelecido, não celebrar o contrato respectivo, é facultado à Administração, examinando e verificando a aceitabilidade das propostas subsequentes na ordem de classificação, proceder a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

13.3 Se por qualquer motivo a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar prorrogação da proposta.

13.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data prevista para o recebimento e abertura dos envelopes de proposta e de documentação, sem a prorrogação ou a convocação para assinatura do contrato respectivo, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

14. DOS RECURSOS

14.1 Declarada a vencedora, ao final da sessão pública, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, através do registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará a **decadência** do direito de recurso e, consequentemente, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pelo pregoeiro.

14.2 Manifestada a intenção de recorrer, será concedido prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente.

14.3 Será franqueada às licitantes, sempre que for solicitada, vista imediata dos autos nas dependências do setor de licitações, sendo que as cópias deverão ser requeridas mediante protocolo individualizado.

14.4 Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões.

14.5 A autoridade competente do Município terá prazo de 03 (três) dias úteis para decidir o recurso e o seu acolhimento importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 O não acolhimento dos recursos implicará na possibilidade da autoridade competente adjudicar o objeto à licitante vencedora e homologar a licitação, devendo o adjudicatário ser convocado para assinar o contrato no prazo estabelecido neste Edital.

14.7 A licitante deverá comunicar, por escrito, ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio o recurso interposto, logo após ter sido protocolizado no Protocolo do Município de Paracambi, situado na Rua Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro – Paracambi/RJ, no horário das 09:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Sem prejuízo do disposto nos Capítulos III e IV, da Lei n.º 8.666/93, o contrato referente à prestação dos serviços será formalizado e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste ato convocatório.

DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO



15.2 Como condição para celebração do contrato o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

15.3 O Município convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação.

15.4 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.5 A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do art. 55, ambos da Lei n.º 8.666/93.

DO PRAZO DA VIGÊNCIA

15.6 O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação do contrato na Imprensa Oficial do Município, sendo que a contagem excluirá o dia do início e incluirá o do vencimento e serão os dias considerados consecutivos.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.7 O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse do Município, com a apresentação das devidas justificativas.

16. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

16.1 À licitante vencedora caberá, além das obrigações dispostas neste Edital e seus Anexos:

16.1.1 assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e as obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados, pessoal de apoio, fiscais, supervisores, professores, entre outros, não manterão vínculo empregatício algum com o Município de Paracambi;

16.1.2 assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecidos nas dependências da administração do Município de Paracambi;

16.1.3 assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à prestação dos serviços, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência; e

16.1.4 assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

16.2 A inadimplência da contratada com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Paracambi, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Instituição.

17. DA DESPESA

A despesa decorrente desta contratação correrá a conta de recursos arrecadados com as taxas de inscrição para o concurso público não ensejando nenhuma despesa orçamentária para o Município.

18. DO PAGAMENTO



18.1 O Município de Paracambi NÃO terá custos com a realização do concurso, devendo a CONTRATADA se remunerar pelos valores arrecadados com as Taxas de Inscrição, observado o previsto no item 4.6 do Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

18.2 O pagamento do objeto da presente licitação será efetuado na forma prevista no Anexo I – Termo de Referência.

18.3 No valor contratado estão inclusos todas as despesas necessárias à prestação dos serviços, tais como: impostos, taxas, salários, encargos sociais e trabalhistas.

18.4 Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débito relativas ao FGTS e INSS, as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

18.5 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida.

18.6 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

18.7 O Município de Paracambi reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da aceitação, os serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações apresentadas.

18.8 O Município de Paracambi poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Pregão.

18.10 Para efeito da emissão da Nota Fiscal, deverão ser considerados os dados do contrato e do empenho emitido.

19. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

- I** - advertência;
- II** - multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;
- III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e
- IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

19.2 As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.3 Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

19.4 A **multa** será aplicada, dentre outros motivos, a quem:

- I** - não mantiver sua proposta;
- II** - apresentar declaração falsa;
- III** - deixar de apresentar documento na fase de saneamento;
- IV** - descumprir obrigação contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato.

19.5 Fica estipulada **MULTA DE MORA DIÁRIA** de 0,4% (quatro décimos percentuais), calculada sobre o valor total do contrato pelo atraso na execução dos serviços, bem como pelo descumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência.

19.6 Fica estipulada **MULTA COMPENSATÓRIA** de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, depois do encerramento das inscrições, pelo inadimplemento total ou parcial do contrato, do qual é parte integrante este Edital e os seus Anexos.



19.7 Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

19.8 A aplicação das multas a que se referem os itens 19.5 e 19.6 não impedem a rescisão unilateral do contrato nem que se aplique as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

19.9 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

19.9.1 recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

19.9.2 não mantiver sua proposta;

19.9.3 abandonar a execução do contrato;

19.9.4 incorrer em inexecução contratual.

19.10 A aplicação da sanção prevista no item 19.9 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Paracambi.

19.11 Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

19.12 A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

19.12.1 fizer declaração falsa na fase de habilitação;

19.12.2 apresentar documento falso;

19.12.3 frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

19.12.4 afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

19.12.5 agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

19.12.6 tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.12.7 demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei Federal nº 8.884/94;

19.12.8 tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

19.13 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Paracambi e a Administração Pública Estadual e Federal.

19.14 A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

19.15 As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração têm seus efeitos estendidos:

19.15.1 às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a administração pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios.

19.15.2 às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns as pessoas físicas referidas no item anterior.



PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.16 As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:

- 19.16.1** o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
- 19.16.2** o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
- 19.16.3** o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
- 19.16.4** caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;
- 19.16.5** quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;
- 19.16.6** concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 19.16.7** transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do órgão ou entidade perante o qual se praticou o ilícito;
- 19.16.8** todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e
- 19.16.9** da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

20. DA RESCISÃO CONTRATUAL

20.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

20.2 A rescisão do contrato poderá ser:

- 20.2.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 20.2.2** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Município de Paracambi; ou
- 20.2.3** judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

20.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

20.4 Os casos de rescisão contratual unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

21.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada a manifestação com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas.

21.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição interposta no prazo de 01 (um) dia útil, contado da data do recebimento da petição.

21.3 Quando acolhida a impugnação deste Edital, será designada nova data para a realização do Pregão.

21.4 A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicada ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio, logo após ter sido protocolizada no Protocolo do Município de Paracambi, situado na Rua Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro – Paracambi/RJ, no horário das 09:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, obedecendo os prazos legais, e mediante pagamento da taxa de expediente para abertura de processos administrativos.



22. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

22.1 O Município de Paracambi poderá:

22.1.1 anular este Pregão se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

22.1.2 revogar a seu juízo se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, **em especial eventual Ação Judicial julgada procedente, interposta pela vencedora do certame anterior para o mesmo objeto, em face da nulidade de sua habilitação;**

22.1.3 transferir a data de abertura dos envelopes de proposta e de documentação.

22.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei n.º 8.666/93.

22.3 A declaração de nulidade do contrato administrativo retroage impedindo os seus efeitos jurídicos e desconstitui os já produzidos.

23. DOS ANEXOS

23.1 São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta do Contrato;

ANEXO III – Declaração;

ANEXO IV – Fatos Supervenientes;

ANEXO V – Quadro de Vagas.

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado nos termos da legislação.

Marcos Antonio Ferreira da Silva
Pregoeiro



ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

- 1.1 Prestação de Serviço para a Elaboração e Execução de todas as etapas do Concurso Público para o Município de Paracambi.
- 1.2 O concurso será realizado na Cidade de Paracambi, podendo em caso de necessidade no dia da prova, ser realizado também em cidades vizinhas.
- 1.3 Será constituído de Prova Objetiva, contando de questões de múltipla-escolha, composta de 40 questões objetivas com quatro alternativas cada, de caráter eliminatório e classificatório e prova prática ou curso de formação para os cargos indicados pela Administração Municipal, se for o caso.
- 1.4 O concurso a ser realizado visa a contratação de aproximadamente 696 (seiscentos e noventa e seis) profissionais para diversos cargos e funções com escolaridade de nível fundamental, médio e superior para o quadro de servidores efetivos da administração municipal.

Obs.:

- 1) Haverá reserva para portadores de necessidades especiais, em obediência ao disposto no Art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal; e art. 338, inciso I Constituição do Estado do Rio de Janeiro; Lei nº 2155 de 19/06/2001 e Decreto 3.298 de 20.12.99, que regulamenta a Lei 7.853 de 26.10.1989. Sendo a elas reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, desprezadas as frações, e excetuando-se as vagas para guarda municipal.
- 2) Haverá Reservas para cotas de negros, conforme Lei Municipal nº 1.160/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1 Realizar todas as etapas do Concurso Público, fornecendo toda mão-de-obra e materiais necessários à realização dos serviços, abrangendo:
 - ✓ Elaboração do Edital;
 - ✓ Realização das Inscrições;
 - ✓ Elaboração das provas;
 - ✓ Aplicação das provas;
 - ✓ Correção de provas;
 - ✓ Listagem com os resultados do concurso.
- 2.2 São obrigações da CONTRATADA o planejamento, coordenação e desenvolvimento dos trabalhos, objeto deste contrato, observando as disposições abaixo:
 - 2.2.1 Quanto ao planejamento e aspectos gerais:
 - 2.2.1.1 Sugerir a indicação dos conteúdos programáticos de acordo com o perfil profissional desejado;
 - 2.2.1.2 Elaborar em conjunto com o Município o edital do concurso baseado nos requisitos para a função;
 - 2.2.1.3 Entregar, na forma definitiva, o Edital para publicação no órgão Oficial (custo do contratante);
 - 2.2.1.4 Realizar o concurso conforme cronograma estabelecido pelas partes;
 - 2.2.1.5 Observar e cumprir todos os requisitos estipulados por lei para a realização do Concurso Público;
 - 2.2.1.6 Todos os documentos e informações referentes ao concurso devem ser enviados primeiramente ao Município e devem ser feitas em meio eletrônico e papel timbrado, com



folhas numeradas e quando for relativo aos participantes deve conter sempre o nome, número de inscrição e número da carteira de identidade;

- 2.2.1.7 Responder perante o Município pela qualidade técnica e orientação dos trabalhos desenvolvidos.

2.2.2 Quanto às inscrições:

- 2.2.2.1 Confeccionar layout e arte final da ficha de inscrição de conformidade com as exigências do Município;
- 2.2.2.2 Preparar manuais, fichas de inscrição e materiais de apoio à inscrição.
- 2.2.2.3 Providenciar divulgação da chamada do Concurso em jornal de grande circulação;
- 2.2.2.4 Estruturar e realizar o processo de inscrições e o recolhimento das taxas de inscrição;
- 2.2.2.5 Providenciar e divulgar o ensalamento dos candidatos;
- 2.2.2.6 Disponibilizar aos candidatos o Cartão de Inscrição do Concurso com o ensalamento;
- 2.2.2.7 Enviar ao Município as relações de todos os inscritos no concurso, indicando, quando for o caso, a situação de “deficientes”;
- 2.2.2.8 Encaminhar ao Município, lista de candidatos em ordem alfabética, por local de aplicação de prova, contendo os seguintes dados: número de inscrição, nome do candidato, número do documento de identidade, cargo, horário e local onde fará a prova (endereço, número de sala);
- 2.2.2.9 Disponibilizar uma equipe treinada e meio de comunicação, para fornecer aos candidatos informações adicionais sobre o edital, inscrições locais de prova e data de realização da prova.

2.2.3 Quanto à realização da prova objetiva:

- 2.2.3.1 Selecionar e contratar profissionais capacitados e qualificados de conformidade com o disposto no edital da licitação para formação da banca examinadora, garantindo a elaboração das questões e a manutenção do sigilo, compromisso assumido por escrito em termo específico;
- 2.2.3.2 Disponibilizar todas as informações sobre o concurso, inclusive as inscrições, no portal da instituição CONTRATADA;
- 2.2.3.3 Elaborar as questões da prova em conformidade com o conteúdo programático constante no edital do concurso de forma a evitar questões controversas, ambigüidade e dificuldades de interpretação;
- 2.2.3.4 A prova deverá ser elaborada contendo questões de conhecimento específico e de conhecimentos gerais, abrangendo assuntos inerentes aos requisitos e escolaridade do cargo.
- 2.2.3.5 Elaborar, estruturar e imprimir os cadernos de prova;
- 2.2.3.6 Proceder a reprodução gráfica de todos os cadernos de prova e outros materiais necessários à aplicação da mesma, de acordo com o número de inscritos;
- 2.2.3.7 Acondicionar e lacrar os cadernos de prova em envelopes acompanhados de termos de fechamento e abertura;
- 2.2.3.8 Controlar e acompanhar os malotes até os locais em que serão realizadas as provas (pela equipe da Comissão de Concurso Público da Instituição CONTRATADA);



- 2.2.3.9 Desenvolver o layout, arte final e impressão dos cartões-resposta, adequados à leitura ótica;
- 2.2.3.10 Sinalizar os locais de prova para orientação dos candidatos no dia da realização da prova;
- 2.2.3.11 Proceder a contratação, treinamento e pagamento dos fiscais e demais profissionais que atuarão na aplicação da prova, sendo 01 (um) fiscal por sala, assim como os demais profissionais necessários à manutenção e limpeza dos locais que serão utilizados para a realização das provas;
- 2.2.3.12 Realizar o Concurso que consiste em prova objetiva, procedendo à abertura dos envelopes lacrados perante os candidatos e a distribuição dos cadernos de prova;
- 2.2.3.13 Recolher e transportar os cartões-resposta em malotes de segurança para serem submetidos à leitura ótica e posterior processamento dos dados;
- 2.2.3.14 Divulgar no portal da instituição os gabaritos das provas objetivas;
- 2.2.3.15 Encaminhar ao Município os documentos relativos ao concurso para que fiquem sob sua guarda pelo período de 05 (cinco) anos.
- 2.2.3.16 Disponibilizar ao Município, um exemplar da prova, em formato impresso, após a realização do Concurso.

2.2.4 Quanto aos recursos:

- 2.2.4.1 Receber, analisar e responder os recursos interpostos conforme disposto no Edital;
- 2.2.4.2 Responder juridicamente os recursos porventura apresentados;
- 2.2.4.3 Reprocessar os cartões-resposta em caso de alteração do gabarito original;
- 2.2.4.4 Enviar o gabarito oficial, após período recursal, em meio magnético e em papel timbrado da instituição CONTRATADA, constando, quando for o caso, as justificativas se houver alterações;
- 2.2.4.5 Disponibilizar para o Município, as notas dos candidatos aprovados na prova objetiva para o cargo, após período recursal, em ordem de classificação, disponibilizando aos demais candidatos o acesso a sua nota perante consulta pelo número de inscrição.

2.2.5 Quanto aos resultados classificatórios:

- 2.2.5.1 Realizar os desempates de conformidade com o especificado no Edital;
- 2.2.5.2 Fornecer ao Município, as seguintes listagens do resultado do concurso, conforme discriminadas a seguir:
- 2.2.5.3 Habilitados em ordem alfabética, contendo: número de inscrição, data de nascimento, nome, número do documento de identidade e classificação;
- 2.2.5.4 Habilitados, em ordem de classificação, contendo os mesmos dados da lista anterior;
- 2.2.5.5 Lista scores e notas: relação de candidatos inscritos em ordem alfabética, contendo: número de inscrição, nome, número do documento de identidade, nota da prova e classificação;
- 2.2.5.6 Deficientes habilitados em ordem alfabética, contendo: número de inscrição, data de nascimento, nome, número do documento de identidade e classificação;



- 2.2.5.7 Deficientes habilitados em ordem classificatória, contendo: número de inscrição, data de nascimento, nome, número do documento de identidade e classificação;
- 2.2.5.8 Relação dos candidatos habilitados com endereço, e-mail e/ou telefone;
- 2.2.5.9 CD-ROM contendo os dados dos candidatos habilitados;
- 2.2.5.10 Estatística dos inscritos, presentes, ausentes e habilitados.
- 2.2.5.11 Disponibilizar aos candidatos o acesso à sua nota, perante consulta pelo número de inscrição no portal da CONTRATADA.

2.2.6. Quanto aos requisitos de segurança e prevenção de fraudes:

- 2.2.6.1. A CONTRATADA é inteiramente responsável pelo sistema de segurança e prevenção de fraudes, devendo adotar as medidas de segurança e prevenção que julgar necessária;
- 2.2.6.2. A CONTRATADA responderá judicialmente por qualquer irregularidade na realização do concurso, em decorrência de falha(s) no sistema de segurança e prevenção de fraudes.
- 2.2.6.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.2.6.4 A CONTRATADA deverá deter capacidade técnica, jurídica e administrativa para cumprir todas as condições dos serviços de acordo com os termos do contrato e manter os entendimentos que se fizerem necessários.
- 2.2.6.5 Todos os materiais necessários à execução do serviço deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, com ônus para a mesma.

CLÁUSULA TERCEIRA: PRAZOS

- 3.1. A partir da data de publicação do contrato devidamente assinado, o Município encaminhará à CONTRATADA em 02 (dois) dias úteis os dados do edital do concurso para que a CONTRATADA inicie a preparação do concurso.
- 3.2. O Concurso será realizado observando os prazos legais para a realização de cada etapa, de acordo com cronograma a ser definido e divulgado aos candidatos por meio do manual do concurso.
- 3.3. O prazo para as inscrições não poderá ser inferior a 05 (cinco) dias úteis consecutivos.
- 3.4. A prova escrita ou objetiva só poderá ocorrer após transcorridos no mínimo 15 (quinze) dias do último dia fixado para as inscrições.
- 3.5. A prova deverá ser aplicada num dia de sábado, domingo ou feriado.
- 3.6. O cronograma efetivo de execução de todas as etapas do concurso será estabelecido entre as partes de forma a atender as características da função, as necessidades do Município e as condições fixadas no futuro contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1. A remuneração da contratada será coberta pelos valores arrecadados com as Taxas de Inscrição no concurso, obedecidos os valores máximos previstos no item 4.3.



- 4.2. A Prefeitura de Paracambi NÃO terá nenhuma despesas decorrente do atendimento ao objeto do presente edital, não cabendo a CONTRATADA nenhuma remuneração que não seja a prevista no item 4.1
- 4.3. O valor da taxa de inscrição não poderá ser superior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para os cargos de nível superior; R\$ 100,00 (cem reais) para os cargos de nível técnico; R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível fundamental completo e incompleto.
- 4.4. A arrecadação das inscrições será efetuada pela CONTRATADA e será destinada a cobrir os custos de realização do concurso;
- 4.5. Ao final das inscrições, a CONTRATADA enviará um relatório/planilha à Prefeitura Municipal de Paracambi, especificando a quantidade de candidatos inscritos por categoria funcional, com o respectivo valor arrecadado, para fins de verificação e comprovação;
- 4.6. Diariamente a CONTRATADA deverá apresentar à Prefeitura uma relação dos candidatos inscritos para o concurso, e os valores arrecadados, depositando em conta corrente da Prefeitura o correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total.
- 4.7. O valor previsto no item 4.6, que deverá corresponder a 25% (vinte e cinco por cento) do total arrecadado, será pago pela Prefeitura à CONTRATADA quando está cumprir com o objeto integral do contrato.
- 4.7.1. No caso da constatação, pelo Município, de que o serviço não atende ao contratado, não será atestada a prestação do mesmo nem será emitido o Termo de Recebimento. Neste caso, se decorrido o prazo previsto para conclusão do serviço, estará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas, bem como serão suspensos os créditos da CONTRATADA junto ao Município, até a solução do problema.
- 4.7.2. Para efetivação do pagamento do valor correspondente aos 25% (vinte cinco por cento), a Empresa Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal de Serviços, devendo, neste caso, o CNPJ ser idêntico ao da documentação apresentada para habilitação, na licitação.
- 4.7.3. Também para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar válidas as seguintes certidões:
- a) prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - b) prova de regularidade fiscal perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND/MPS, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- 4.9. O preço do objeto inclui:
- a) Remuneração dos serviços da equipe profissional necessária à plena execução dos trabalhos;
 - b) Todas as contribuições, encargos e obrigações tributárias, sociais, trabalhistas, previdenciárias e outras incidentes pela prestação dos serviços contratados;
 - c) Quaisquer outras despesas necessárias à plena execução dos serviços contratados; exceto as publicações necessárias, no órgão de imprensa oficial do município que, correrão por conta da contratante.

4.10. Faz parte integrante e inseparável do presente instrumento, os seguintes anexos:

20. ANEXOS

TR-ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

TR-ANEXO II - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

TR-ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TR-ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR MENORES

TR-ANEXO V- DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

TR-ANEXO VI – QUADRO DE VAGAS

Marcos Antônio Ferreira da Silva
Pregoeiro



TR-ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

COTAÇÃO DE PREÇOS PARA FINS DE LICITAÇÃO		
NOME DA EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
NÚMERO DO REGISTRO CADASTRAL:		
A presente proposta deverá ser elaborada em conformidade com os termos e condições previstos e estabelecidos no respectivo Termo de Referência.		
Prestação de serviços técnicos especializados em organização e execução de concurso público para o provimento de cargos no quadro efetivo da Administração Municipal tendo por base o Quadro de Cargos e Vagas.		
Item	Nível de Escolaridade	Valor da Taxa de Inscrição
01	Nível Superior Completo	
02	Nível Médio/Técnico	
03	Nível Fundamental Completo	
04	Nível Fundamental Incompleto	
Média da Taxa de Inscrição: (01 + 02 + 03 + 04) / 4 = Média)		
Taxa Média por extenso:		
DECLARAMOS TOTAL ACEITAÇÃO AOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS PARA A PRESENTE LICITAÇÃO.		

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO PROCESSO Nº MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Contratante: Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.204.221/0001-93, sediada à Rua xxxxxxxx, Bairro xxx, Cidade xxxxx, CEP xxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº xxxx – órgão expedidos, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado à Rua xxxxxxx.

Nos termos da proposta da Empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecemos Contrato de serviços de contratação de empresa especializada para realização do concurso público, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro, devidamente homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1- DO OBJETO

1.1- A presente licitação tem como objeto a contratação de prestação de serviços para realizar concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos do Quadro de Servidores do Município de Paracambi, conforme exigências constantes no **Anexo I – Termo de Referência**, que é parte integrante deste Edital.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA se remunerará do valor total arrecadado com as Taxas de Inscrição, não cabendo ao Município nenhum desembolso a que título seja.

2.1.1 - O pagamento dos 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o total das Taxas de Inscrição e retidos pela Prefeitura serão, pagos conforme determinado no item 4.7.2 do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

2.1.2 - O pagamento será efetuado por meio de crédito em nome da Contratada, mediante ordem bancária emitida em seu nome, para crédito na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato e seus anexos.

2.1.3 - Havendo atraso de pagamento, o valor devido sofrerá compensação financeira, tomando por base a TR do mês anterior, pro rata tempore, sobre o valor da fatura, bem como uma multa no valor de 1% (um por cento) pro rata tempore a título de penalização.

2.1.4 - Para eventuais antecipações de pagamento serão concedidos descontos com bases na TR pro rata tempore.

2.2 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

2.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com a parcela vinculada ao evento, cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.



2.5 - A Nota Fiscal deverá ser emitidas em moeda corrente do país.

2.6 - O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório e constante no Contrato.

2.7 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DO PRAZO

3.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pela Contratada.

3.4 - O contrato terá vigência de, com início em ____/____/2015 e término em ____/____/20xx, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 - Da Contratada:

4.2.1 - Fornecer os serviços objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital do Pregão nº./2015;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

4.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital da Pregão nº./2015;



4.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

4.2.8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - A contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total no contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeito as seguintes penalidades, garantida, a sua prévia defesa no respectivo processo:

I – Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

II – Multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir esta Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

6.2 - A multa prevista no item II poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais penalidades, e será descontada de eventuais créditos que a contratada tenha com a Administração, sem embargo desta rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

6.2.1 - Ocorrendo atraso na execução do serviço, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

6.2.2 - As multas previstas neste edital não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao Contratante.

6.3 - Da aplicação das penas definidas nos subitens "I" a "V", do item 6.1, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à Comissão Permanente de Licitação, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração dirigido ao Prefeito Municipal, que decidirá em igual prazo.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, independentemente de qualquer procedimento judicial, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93, em especial nos seguintes casos:



- I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;
- II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;
- IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- V. Pela aplicação de mais de 02 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, de de 2015.

Tarciso Gonçalves Pessoa

Prefeito Municipal de Paracambi

...../CONTRATADA

Testemunhas:

.....
Nome:
CPF

.....
Nome:
CPF



ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART 27 DA LEI 8.666/93

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com “X”, conforme o caso):

- () não emprega menor de dezesseis anos.
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, em _____ de _____ 2015.

Representante legal da empresa



DEMONSTRATIVO DE CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS e QUALIFICAÇÕES

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Cód.	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidade s Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
1	Nutricionista	40h	2	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior de Nutrição e registro no respectivo Conselho da classe.
2	Bibliotecária	40h	2	-	-	R\$ 1.200,00	Curso em Nível Superior com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.
3	Turismólogo	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso Superior de Turismo com habilitação específica e registro no respectivo conselho da classe.
4	Gestor de Projetos	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Gestão Pública com pós-graduação em gerenciamento de projetos, e registro no respectivo Conselho de Classe.
5	Economista	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em economia com Registro no Respectivo Conselho de Classe.
6	Administrador	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Administração com Registro no Respectivo Conselho de Classe.
7	Controlador	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Contabilidade com Registro no Respectivo Conselho de Classe.
8	Procurador	40 h	3	-	1	R\$ 1.200,00	Curso superior em Direito com registro no Respectivo Conselho de Classe.
9	Gestor Ambiental	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Gestão Ambiental ou Engenharia Ambiental com Registro no Respectivo Conselho de Classe.
10	Biólogo	40h/se m	2	-	-	R\$ 1.200,00	Curso Superior de Biologia e registro no respectivo Conselho de Classe.
11	Engenheiro	40h/se	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso Superior de Engenharia e registro no respectivo Conselho de



	Florestal/Agrônomo	m					Classe.
12	Engenheiro Ambiental	40h/se m	1	-		R\$ 1.200,00	Curso Superior de Engenharia e registro no respectivo Conselho de Classe.
13	Fiscal Ambiental	40h/se m	2	-		R\$ 1.200,00	Curso superior específica no curso de Geologia, Geografia, Biologia, Engenharia ou Arquitetura, com especialização na área e registro no respectivo Conselho de Classe.
14	Engenheiro de Transportes	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Engenharia, Arquitetura ou Tecnologia, com pós-graduação na área de Engenharia de Tráfego e Trânsito Urbano, com Registro no Respetivo Conselho de Classe.
15	Contador	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em contabilidade com Registro no Respetivo Conselho de Classe.
16	Gestor Público	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Gestão Pública com Registro no Respetivo Conselho de Classe.
17	Recursos Humanos	40h	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior de Administração com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.
18	Médico do Trabalho	40h	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior de Medicina com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.
19	Assessor Jurídico em Regularização Fundiária	40 h	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Direito com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.
20	Assistente Social	40h/se m	2	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Serviço Social e registro no respectivo Conselho da classe.
21	Engenheiro Civil	40h/se m	2	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Engenharia Civil e registro no respectivo Conselho da classe.
22	Engenheiro em Eletricista	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Engenharia Elétrica e registro no respectivo Conselho da classe.
23	Topógrafo	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Engenharia Civil com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.



24	Assessor Jurídico em Administração Pública	40h	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Direito com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.
25	Veterinário	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em Veterinária e registro no respectivo Conselho da classe
26	Fiscal de Obra	40h/se m	2	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior de engenharia civil com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.
27	Engenheiro Civil	40h/se m	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior de engenharia civil com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.
28	Assistente Social						
Subtotal			36	-			



NÍVEL MÉDIO COMPLETO/TÉCNICO

Cód.	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
27	Auxiliar de Ensino	30h/Sem.	30	1	6	R\$ 788,00	Ensino médio Completo e formação técnica específica
28	Auxiliar em Administração	40h/sem.	12	1	2	R\$ 788,00	Ensino médio Completo
29	Auxiliar de Informática	40h/sem.	10	1	2	R\$ 788,00	Ensino médio Completo e formação técnica específica em informática
30	Serviço de Campo	40h/sem	2	-	-	R\$ 788,00	Ensino médio Completo
31	Almoxarife	30 h /Sem.	1	-	-	R\$ 788,00	Ensino médio Completo
32	Técnico em segurança do trabalho	40h/sem	1	-	-	R\$ 988,60	Ensino médio Completo e formação técnica específica, e registro no órgão de classe
33	Técnico em guia de turismo	40 h /Sem.	1	-	-	R\$ 988,60	Ensino médio completo com formação em Técnico em Guia de Turismo, com curso de Inglês ou espanhol.
34	Técnico em Química	40 h /Sem.	1	-	-	R\$ 988,60	Ensino médio completo com formação técnica em química, e curso reconhecido pelo MEC.
35	Guarda Ambiental	40 h /Sem	5	-	2	R\$ 988,60	Ensino médio completo, carteira Nacional A/B, Curso de formação de Guarda Ambiental.
36	Fiscais de Transporte	40h /Sem	02	-	-	R\$ 988,60	Ensino médio completo
37	Técnico em Contabilidade	40 h /Sem.	3	-	-	R\$ 953,47	Ensino médio Completo e formação técnica específica, com inscrição do conselho da classe.
38	Técnico em Edificação	40 h /Sem.	1	-	-	R\$ 988,60	Ensino médio e formação técnica específica



39	Guarda Municipal	40h/Sem.	10	-		R\$ 1.200,00	Ensino médio
40	Técnico em Edificação	40h/sem	1	-	-	R\$ 988,60	Ensino médio com formação específica
41	Agente da Defesa Civil	40h/sem	10	-	2	R\$ 988,60	Ensino médio e formação específica
Subtotal			80	-			

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Código	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
40	Eletricista	40h /Sem	3	-	1	R\$ 1.090,97	Ensino fundamental Completo, com curso de eletricista.
41	Pintor Letrista (Abrir letras e desenhos de sinalizações)	40 h /Sem.	1	-	-	R\$ 1.023,70	Ensino Fundamental completo
42	Agente de Trânsito	40h /Sem	4	-	1		Ensino Fundamental completo
Subtotal			8	-			



NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Cód	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
43	Auxiliar de Serviços Gerais	40h/sem	50	-	10	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
44	Cozinheiro	40h/sem	30	-	6	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
45	Motorista B	40h/sem	10	-	2	R\$ 1.058,00	Ensino Fundamental Incompleto e carteira de habilitação tipo B
46	Vigia	40h/sem	50	-	10	R\$ 788,00 + AN	Ensino Fundamental Incompleto
47	Ajudante de Caminhão	40h/se m	2	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
48	Serralheiro	40h/se m	1	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
49	Pintor	40h/se m	5	-	1	R\$ 1.023,70	Ensino Fundamental Incompleto
50	Servente	40h /sem	10	-	2	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
51	Pedreiro	40h/sem	4	-	1	R\$ 988,60	Ensino Fundamental Incompleto
52	Ajudante de elétrica	40h/sem	2	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
53	Ajudante de pedreiro	40h /sem	2	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
54	Ajudante de caminhão de lixo	40h/sem	2	-	-	R\$ 953,47	Ensino Fundamental Incompleto
55	Motorista categoria D	40 h/sem	8	-	2	R\$ 1.058,89	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira de Habilitação tipo D
56	Ajudante de máquina	40 h/Sem.	2	-	-	R\$ 953,47	Ensino Fundamental Incompleto
57	Operador de máquinas pesadas categoria D	40 h/Sem	3	-	1	R\$ 1.058,89	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira de Habilitação tipo D



58	Calceteiro	40h /Sem	3	-	1	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
59	Capinador	40h /Sem	10	-	2	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
60	Armador	40h /Sem	1	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
61	Varredeiros	40h /Sem.	12	-	2	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
62	Roçador	40h /Sem.	2	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
63	Roçador de foice	40h /Sem.	1	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
64	Motorista categoria C	40 h /Sem.	5	-	1	R\$ 1.058,89	Ensino Fundamental Incompleto, e Carteira de Habilitação tipo C
Subtotal			213	-			
Total Geral da Administração em Geral			335				



ÁREA DA SAÚDE

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Código	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
65	Biólogo	40 h /Sem.	4	-	1	R\$ 1.200,00	Curso superior de Nutricionista e registro no respectivo Conselho da classe.
66	Cirurgião Dentista	40 h /Sem.	2	-	1	R\$ 4.000,00	Curso superior em odontologia e registro no respectivo Conselho da classe.
67	Cirurgião Dentista ESF	40 h /Sem.	4	-	1	R\$ 4.000,00	Curso superior em odontologia e registro no respectivo Conselho da classe.
68	Enfermeiro	40 h /Sem.	10	-	2	R\$ 1.200,00	Curso superior em enfermagem e registro no respectivo Conselho da classe.
69	Enfermeiro ESF	40 h /Sem.	5	-	1	R\$ 1.200,00	Curso superior em enfermagem e registro no respectivo Conselho da classe.
70	Enfermeiro Plantonista	40 h /Sem.	5	-	1	R\$ 1.200,00	Curso superior em enfermagem e registro no respectivo Conselho da classe.
71	Engenheiro	40 h /Sem.	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior em engenharia e registro no respectivo Conselho da classe.
72	Farmacêutico	40 h /Sem.	3	-	1	R\$ 1.200,00	Curso superior em farmácia e registro no respectivo Conselho da classe.
73	Fisioterapeuta	40 h /Sem.	10	-	2	R\$ 1.200,00	Curso superior em fisioterapia e registro no respectivo Conselho da classe.



74	Fonoaudiólogo	40 h /Sem.	2	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
75	Médico Angiologista	20 h /Sem.	2	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
76	Médico Alergista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
77	Médico Cardiologista	20 h /Sem.	2	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
78	Médico Cirurgião Geral	20 h /Sem.	2	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
79	Médico Cirurgião vascular	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
80	Médico Clínico Geral	20 h /Sem.	4	-	1	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
81	Médico Clínico Geral Plantonista	20 h /Sem.	5	-	1	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
82	Médico Clínico Geral Rotina	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
83	Médico Dermatologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
84	Médico endocrinologista	20 h /Sem.	2	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
85	Médico ESF	20 h /Sem.	4	-	1	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da



							classe.
86	Médico Gastroenterologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
87	Médico Ginecologista	20 h /Sem.	5	-	1	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
88	Médico Homeopata	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
89	Médico Infectologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
90	Médico Mastologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
91	Médico Nefrologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
92	Médico Neurologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
93	Médico Oftalmologista	20 h /Sem.	2	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
94	Médico Ortopedista	20 h /Sem.	5	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
95	Médico Otorrinolaringologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
96	Médico Pediatra	20 h /Sem.	10	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
97	Médico Pediatra	20 h	14	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na



	Plantonista	/Sem.					área com e registro no respectivo Conselho da classe.
98	Médico Pediatra Rotina	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
99	Médico Pneumologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
100	Médico Proctologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
101	Médico Psiquiatra Rotina	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
102	Médico Regulador	20 h /Sem.	2	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
103	Médico Urologista	20 h /Sem.	1	-	-	R\$ 4.000,00	Curso superior em Medicina com especialização na área com e registro no respectivo Conselho da classe.
104	Musico terapeuta	40 h /Sem.	2	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior na área com especialização e registro no respectivo Conselho da classe.
105	Nutricionista	40 h /Sem.	2	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior de Nutricionista com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.
106	Psicólogo	40 h /Sem.	10	1	2	R\$ 1.200,00	Curso superior de Psicólogo e registro no respectivo Conselho da classe.
107	Veterinário	30 h /Sem.	2	-	-	R\$ 3.000,00	Curso superior de Veterinária e registro no respectivo Conselho da classe.
108	Professor de Educação Física	40 h /Sem.	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior de Educação Física e registro no respectivo Conselho da classe.
109	Assistente Social	40 h /Sem.	4	-	1	R\$ 1.200,00	Curso superior em Serviço Social e registro no respectivo Conselho da classe.
110	Arquivista	40 h	1	-	-	R\$ 1.200,00	Curso superior na área e registro no respectivo



		/Sem.					Conselho da classe
111	Terapeuta Ocupacional	40 h /Sem.	3	-	1	R\$ 1.200,00	Curso superior em Terapia Ocupacional e registro no respectivo conselho da Classe - CREFITO
Subtotal			146				



NÍVEL MÉDIO COMPLETO/TÉCNICO

Código	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
112	Agente Comunitário de Saúde	40 h /Sem.	30	-	6	R\$ 788,00	Ensino médio Completo
113	Massoterapeuta	40 h /Sem.	3	-	1	R\$ 1.058,89	Ensino médio Completo e formação técnica específica na área
114	Auxiliar Administrativo	40 h /Sem.	11	1	2	R\$ 788,00	Ensino médio Completo
115	Auxiliar de consultório dentário	40 h /Sem.	10	-	1	R\$ 788,00	Ensino médio Completo e formação técnica específica na área
116	Cuidador em Saúde	40 h /Sem.	20	-	4	R\$ 988,60	Ensino médio Completo e formação técnica específica na área
117	Técnico de Enfermagem	40 h /Sem.	10	-	2	R\$ 988,60	Ensino médio Completo, com curso técnico na área e registro no COREN.
118	Técnico de Enfermagem Plantonista	40 h /Sem.	10	-	2	R\$ 988,60	Ensino médio Completo, com curso técnico na área e registro no COREN.
119	Técnico de Laboratório	40 h /Sem.	5	1	1	R\$ 988,60	Ensino médio Completo, com curso técnico na área.
120	Técnico de farmácia	40 h /Sem.	3	1	1	R\$ 988,60	Ensino médio Completo e formação técnica específica na área
121	Guarda de Endemias	40 h /Sem.	10	-	2	R\$ 788,00	Ensino médio Completo e formação técnica específica na área
122	Técnico em	40 h	2	-	-		Ensino médio Completo e formação técnica em



	Gestor Hospitalar	/Sem.				R\$ 988,60	administração.
123	Técnico em Radiologia	40 h /Sem.	2	-	-	R\$ 988,60	Ensino médio Completo, com curso técnico na área e registro no COREN.
124	Recepcionista	40 h /Sem.	9	1	2	R\$ 788,00	Ensino médio Completo e formação técnica específica na área
125	Oficineiro	40 h /Sem.	5	-	1	R\$ 788,00	Ensino médio Completo e formação técnica específica na área
Subtotal			130				



NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Código	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
126	Eletricista	40 h /Sem.	1	-	-	R\$ 1.090,97	Ensino Fundamental Completo, com curso de eletricista.
Subtotal			1				



NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Código	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
155	Maqueiro hospitalar	40 h /Sem.	2	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Completo
	Eletricista	40 h /Sem.	1	-	-	R\$ 1.090,97	Ensino médio Completo, com curso de eletricista.
156	Lavadeiro	40 h /Sem.	1	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Completo
157	Cozinheiro	40 h /Sem.	2	-	-	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Completo
158	Auxiliar de Serviços Gerais	40 h /Sem.	20	1	4	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Completo
159	Motorista	40 h /Sem.	10	-	2	R\$ 1058,89	Ensino Fundamental Completo Categoria B
Subtotal			36				
Total de Vagas da área da saúde			313				



NÍVEL SUPERIOR COMPLETO – ÁREA DA AÇÃO SOCIAL

ÁREA DE AÇÃO SOCIAL

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Código	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
160	Psicólogo	40h	4	-	1	R\$ 1.200,00	Curso superior de Psicologia e registro no respectivo Conselho da classe.
161	Assistente Social	40h	5	-	1	R\$ 1.200,00	Curso em Nível Superior em Serviço Social com habilitação específica na área e registro no respectivo Conselho da classe.
162	Advogado	40h	2	-	-	R\$ 1.200,00	Formação Superior em Direito, com inscrição no Conselho da Classe
163	Pedagogo	40h	2	-	-	R\$ 1.200,00	Formação Superior em Pedagogia
Subtotal			13	-			

NÍVEL MÉDIO COMPLETO

Código	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades Especiais	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
164	Orientador	40 h /Sem.	8	-	2	R\$ 788,00	Ensino médio Completo
165	Auxiliar em Administração	40 h /Sem.	4	-	1	R\$ 788,00	Ensino médio Completo
166	Técnico do Bolsa Família	40 h /Sem.	4	-	1	R\$ 788,00	Ensino médio Completo
Subtotal			16	-			

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Código	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Port. necessidades	Cota Lei 1.160/2015	Vencimento Base	Pré-Requisito
---------------	--------------	----------------------	--------------	---------------------------------	----------------------------	------------------------	----------------------



				<i>Especiais</i>			
167	Auxiliar de Serviços Gerais	40 h /Sem.	5	-	1	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
168	Cozinheiro	40 h /Sem.	1	-	1	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
Subtotal			6				
Total da Área da Ação Social			35				

